

O comércio na formação da América Portuguesa A Vila de Itu e as Redes Comerciais na Rota das Monções

Resumo

A partir da trajetória de alguns comerciantes residentes na vila de Itu que atuaram na rota das monções durante o século XVIII e inícios do século XIX, pretende-se analisar suas formas de inserção em redes comerciais ligadas ao comércio das monções, as possibilidades de acumulação e a importância do comércio na formação da América Portuguesa. Para isto, recorre-se a um conjunto de fontes, que inclui listas nominativas de habitantes, inventários *post-mortem*, testamentos, cronistas e cartas comerciais. Para o manuseio das fontes, lançamos mão de ensinamentos da micro-história, sobretudo no que tange à circunscrição da análise e à técnica de cruzamento de nomes.

Abstract

From the life history of some businessmen living in Itu, who acted on the monsoon route during the late 18th Century, and early 19th Century, this paper intends to analyze their insertion in commercial networks related to the monsoon market, the possibilities of enrichment and the importance of commerce in the making of Portuguese America. In order to do so, we fall back on a corpus of sources that include inhabitant name lists, *post-mortem* inventories, wills, chronicle writers and commercial letters. To handle the sources we have used micro-history approaches, especially regarding the circumscription of analysis and name cross references.

Key words: economic enrichment

* Mestre em História Econômica (Unicamp).

O comércio na formação da América Portuguesa

A Vila de Itu e as Redes Comerciais na Rota das Monções

Silvana Alves de Godoy

A partir da trajetória de alguns comerciantes residentes na vila de Itu que atuaram na rota das monções durante o século XVIII e inícios do século XIX, pretende-se analisar suas formas de inserção em redes comerciais ligadas ao comércio das monções, bem como suas possibilidades de acumulação. Para isto, recorreremos a um conjunto de fontes, que incluem listas nominativas de habitantes, inventários, testamentos, cronistas, cartas comerciais, dentre outras. Para o manuseio das fontes, lançamos mão de ensinamentos da micro-história, sobretudo no que tange a circunscrição da análise e técnica de cruzamento de nomes.¹

Estudos recentes têm apresentado novas abordagens a respeito do papel dos negociantes e da dinâmica de seus empreendimentos, não só na colônia como também no interior do Império Português². Análises sobre a economia colonial brasileira vêm, desde inícios dos anos 90, reavaliando o papel do mercado interno, centrando suas atenções sobre as formas de acumulação próprias da Colônia.³

A atividade comercial na América portuguesa englobava comerciantes de diversos tipos, bem como praças mercantis de diversificados portes, “quase sempre localizadas em centros urbanos ou parcialmente urbanos, que obedeciam a certa hierarquia”. Praças como a do Rio de Janeiro, Salvador e Recife detinham a primazia no fornecimento de crédito e mercadorias, num circuito relativamente amplo⁴. No topo da pirâmide mercantil estavam os comerciantes do grosso trato, sendo poucos os que detinham o privilégio de pertencer a esse grupo. Estava em suas mãos o controle do comércio a longa distância, e eram também os que permaneciam por mais tempo em um certo segmento de negócios, o que evidencia que esse grupo podia fazer frente às oscilações conjunturais, tais como mudanças bruscas de preços e colheitas etc. Sua posição também lhes permitia concentrar as “poucas opções existentes no mercado colonial”. Por fim, eram os que concentravam maior capital, o que possibilitava operar com prazos mais dilatados no recebimento das vendas efetuadas. Embora ligados a rotas internacionais, essa elite participava também de rotas internas à Colônia, mas sua atuação no comércio interno não vedava a de pequenos e médios mercadores. Isto porque, na base da pirâmide mercantil, estava “uma multidão de pequenos e médios mercadores”. Majoritários numericamente, “mas com limitado raio de alcance mercantil”, eram especializados regionalmente e por produtos.⁵

Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, o suporte para o funcionamento do comércio estaria numa cadeia de adiantamento e endividamento. Os comerciantes de grosso trato recebiam mercadorias e as “adiantavam” àquela “multidão de pequenos e médios mercadores”, os quais ficavam endividados com os primeiros, mas encarregavam-se de realizar a comercialização dos produtos⁶.

A circulação de crédito e mercadorias pode ser comparada à de “várias redes a ligar pontos dispersos (...) As praças mercantis das maiores cidades, quase sempre portuárias, tornaram-se o lugar em que a maioria dos mercadores interioranos buscava financiamento e produtos para, por sua vez, fazer funcionar seus negócios.” Nos núcleos interioranos, geralmente havia três tipos de comércio:

- a) pequeno comércio – que negociava mercadorias de baixo custo, miudezas como objetos de armarinho e bugigangas de louça grosseira e vidro, além de secos e molhados (...); b) negócios com fazendas e usura – que se diferenciavam do primeiro pelo maior valor dos objetos negociados, além de também fazerem empréstimos a juros; c) usura – que se dedicava apenas ao fornecimento de créditos a outros.⁷

Arelados aos seus tipos de negócio, os comerciantes interioranos vinculavam-se aos mercadores de grosso trato, já que eram as praças mercantis de maior envergadura que estabeleciam as “extensas redes comerciais e financeiras”⁸. Um desses elos ligando pontos dispersos, isto é, um desses intermediários entre os núcleos interioranos e praças mercantis era o ituano Gabriel Antunes Laje⁹, “que devia ser um negociante de importantes cabedais”, mantendo “negócios em Santos, Minas Gerais e Cuiabá onde era considerado um dos principais comerciantes”⁹. Suas conexões, portanto, atravessavam a capitania de São Paulo, atingindo o Atlântico.

Em 18 de julho de 1728, da vila de Santos o comerciante Pedro Fernandes de Andrade escreveu uma correspondência na qual fazia uma prestação de contas a um negociante sediado na praça de Lisboa. Tratava-se de Francisco Pinheiro, que pertencia à categoria de negociantes de grosso trato, por ter “negócios envolvendo grandes somas de capital” e operar em vários lugares. Era português, e de Lisboa “negociava com as mais diferentes praças”. Seus negócios estendiam-se “à França, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Itália e Espanha. Em Portugal, abrangiam, as mais diversas regiões. No Império Português, atingiam a Ásia, África, Colônia do Sacramento e Brasil”. No Brasil, estabeleceu relações comerciais com o Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Seus agentes comerciais operavam com “alimentos, bebidas, escravos, vestimentas e mercadorias de luxo, como louças, perucas e, principalmente, tecidos”. Os tecidos representavam “47% do total das transações”¹⁰. Enriqueceu-se “com os negócios coloniais (...) especialmente, durante o boom do ouro e diamante”¹¹.

As correspondências trocadas entre Francisco Pinheiro e Francisco Muzzi, seu agente estabelecido no Rio de Janeiro, permitem perceber os interesses do primeiro no mercado colonial. Em correspondência datada de 28 de fevereiro de 1726, Muzzi menciona a Francisco Pinheiro a possibilidade de se “poder dispor querendo alguma coisa” para as minas do Cuiabá. Em novembro do mesmo ano, relatou que muitos “mineiros vindos do Cuiabá” chegaram ao Rio de Janeiro e “trouxeram muito ouro”. Para o próximo ano esperava-se “muitas riquezas, pois foi bom número de gente acompanhando” o governador Rodrigo César de Meneses. Informava, no entanto, que antes de mandar fazendas, escravos e fretes, havia necessidade de enviar uma pessoa para Ararituaba para que ela tomasse providências necessárias para a jornada, inclusive “canoas e pilotos que quer o comboio”¹². É muito provável que esta pessoa fosse Gabriel Antunes Lage.

Na correspondência de Pedro Fernandes, nota-se que um dos agentes comerciais de Francisco Pinheiro nas *terras brasílicas* era o mencionado Gabriel Antunes Laje, que lhe era devedor da quantia de 934\$655, referentes a fazendas que havia vendido nas minas. No ano anterior, Gabriel havia feito negócios com Francisco que atingiam o valor de 802\$600. No cômputo global, o montante ultrapassava 6 contos de réis. Pedro Fernandes enviaria esse valor a Francisco Muzzi, que, por sua vez, o remeteria a Lisboa. No entanto, Pedro Fernandes esclarecia que tal valor não fora pago porque Gabriel não havia chegado “até o presente das minas e mais partes por onde” tinha ido ou mandado “vender” as fazendas. Mesmo que Gabriel não tivesse chegado, Pedro afirmara veementemente que nem por isso o comerciante residente em Itu deveria deixar de ter reconhecido por todos “a sua boa satisfação”. Ele era “primoroso, e rico”.¹³

Às vezes, as cobranças e os acertos de contas entre intermediários e os grandes negociantes enfrentavam sérios conflitos. A morte de Gabriel Antunes Lage trouxe dificuldades para o acerto de contas. Apesar de a viúva de Gabriel ter encaminhado 350\$010 para saldar parte a dívida, em 20 de julho de 1731 uma sentença judicial foi movida contra Gabriel¹⁴. Porém, o resultado não foi favorável a Francisco Pinheiro, visto que o Ouvidor que julgou o caso “estava contratado para genro” do executado, isto é, de Gabriel Antunes Lage. Os representantes de Francisco Pinheiro tentaram apelar para o Tribunal da Relação na Bahia. Novamente, a sentença foi contrária aos desejos de Pinheiro¹⁵. Provavelmente, ele não conseguiu reaver os débitos de Gabriel Antunes Lage, mas, de qualquer forma, o caso de Gabriel demonstra a participação de Itu em redes comerciais que atingiam Cuiabá, Santos, Rio de Janeiro e Lisboa. Rede comercial, na qual relações pessoais com base na reputação dos envolvidos eram cruciais para o seu funcionamento.

Por intermediários ou atravessadores, pelas *estradas móveis* do trajeto Ararituaba–Cuiabá, fazendas e escravos, vindos da praça do Rio de Janeiro, eram encaminhados às minas. Um pouco depois da descoberta das minas, em 1723, as fazendas chegaram às minas podres¹⁶. Embora estivessem podres, inúteis para uso, é importante ressaltar os esforços empreendidos para abastecer aquela localidade. Logo no ano seguinte, em finais de 1724, outra monção “com bastante canoas [levava] fazendas e escravatura”, para o alívio dos que estavam nos sertões¹⁷. Deve-se destacar, porém, que nem todas as monções saídas do porto de Ararituaba tiveram êxito. Há relatos de insucessos de certas expedições. No ano de 1725, a monção de Diogo de Souza, “que trazia bastante canoas com muitos escravos e fazendas para negócio”, foi atacada pelos índios Paiaguá. Tal ataque findou a vida de quase “todos os que vinham na conserva, escapando só um branco e um negro”. Morreram ao todo seiscentas pessoas, e os indígenas acabaram por subtrair vinte canoas da expedição.¹⁸ Pelas palavras de Barbosa de Sá, observa-se os riscos que o comércio monçoeiro punham aos que a ele se dedicavam, mas mesmo assim constituía um mercado atraente; afinal, vencer as 113 cachoeiras que separavam Ararituaba de Cuiabá não era tarefa das mais aprazíveis, e devia dar algum retorno aos que nelas se lançavam. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

(...) a rota seguida desde Ararituaba vai assumindo, cada vez mais, o caráter de uma via de trânsito regular.

O que estimulava agora essas expedições já não era tanto o ânimo aventureiro, mas o lucro certo que prometia o comércio com esses remotos sertões, distanciados de qualquer recurso, onde os preços atingidos por todos os artigos, até mesmo os de uso indispensável, parecem destinados a compensar abundantemente todos os riscos da viagem (...).¹⁹

Era tal a importância dessas expedições comerciais para o abastecimento daqueles remotos sertões, ao menos no seu período formativo, que, quando não havia monção, os gêneros escassavam. Em 1725, “houve falta de tudo, e chegou-se a dar por um frasco de sal meia libra de ouro e por falta dele senão administrava o batismo a quem carecia”. Em 1730, também por falta de monção, “venderam-se camisas [feitas] de alguns lençóis que se desfaziam a doze oitavas de ouro; a vara de pano de algodão que no país se tecia a três e a quatro oitavas e isto para os amigos que a todos não chegava: sal nem para batizar”²⁰. Em compensação, em 1735, chegaram aquele local “cento e tantas canoas de muitas fazendas”²¹.

Os exemplos dos freqüentes e constantes contratemplos poderiam se multiplicar, mas importa enfatizar que apesar de pôr em risco todo o empreendimento comercial, a ocorrência de monções vigorou quase que ininterruptamente por cerca de um século, como demonstra o relato de Joseph Barbosa de Sá, referente ao período situado entre os anos de 1720 e 1775²². No ano de 1767, para citar um exemplo, uma frota composta por 45 canoas levou 400 negros e, segundo Sérgio Buarque de Holanda, nada sugere que este montante de escravos enviados em uma monção fosse um “caso excepcional”. O mesmo autor informa que em três anos (embora não afirme quais) entraram nas Minas de Cuiabá um total de “3000 escravos” pela via fluvial²³. Para a remessa de mercadorias ao longo dos anos necessitava-se do apoio da vila de Itu e Araraguaba, e de seus comerciantes, intermediários entre a região das minas e outras praças mercantis.

Por vezes, as redes comerciais, responsáveis pelo abastecimento da sociedade colonial, apresentava problemas. Em 1732, Gaspar Rodrigues Correia, residente na vila de Santos moveu um processo contra o ituano Martinho Gomes Romão, que operava como intermediário nesta rota. Aos 12 de maio de 1727, Gaspar enviou a Martinho uma *carregação*²⁴ para ser comercializada nas minas do Cuiabá com os seguintes itens: 12 barris de aguardente acompanhados de 12 cascos com arcos de ferro, 4 barris de farinha de trigo do reino que também foram acompanhados de 4 cascos de arcos de ferro, 8 dúzias de cordações, 3 varas de linhagem fina e 3 varas de encerado. Em carta de 18 de junho de 1727, Martinho Romão confirma ter recebido “as ditas cargas referidas na carregação bem acondicionadas”²⁵.

Por não ter tido notícias das vendas, em 26 de maio de 1728, Gaspar escreveu a Martinho, carta certamente enviada por um intermediário, pedindo que Martinho remetesse o que lhe pertencia, porque não queria “mais negócios [nas] Minas do Cuiabá”. Determinava uma certa urgência na execução daquela ordem, posto que precisava ir ao Rio de Janeiro, provavelmente para tratar de negócios. Em resposta a essa determinação, Martinho enviou, por mãos de Gregório de Castro Esteves, uma prestação de contas, afirmando que a venda da dita carregação resultou num montante de 776 oitavas de ouro, não obstante, junto com a correspondência, seguir somente 356 oitavas. Faltavam, portanto, 420 oitavas. A explicação dada foi que “naquele ano de 1728 foi tanta a fazenda seca e molhado que entrou naquelas minas”, que tudo se comercializou “por menor preço do que se costuma vender em povoado”. Mais do que isso, vendeu “fiado por abono de pessoas abonadas”. Todavia, no ano seguinte, quando tratou de iniciar a cobrança do que havia comercializado, Martinho disse que “se havia reduzido aquelas minas a notável miséria, de tal sorte que a maior parte dos devedores fugira”. Gaspar devia se dar por satisfeito de ter recebido as 365 oitavas de ouro como parte do que foi vendido, pois ao referir-se a essa quantia, Martinho relatou que havia recuperado “o principal” da carregação.

O ansio de Gaspar sugere que ele fazia parte da “multidão de pequenos e médios” mercadores mencionados por João Fragoso e Manolo Florentino, e que, diferentemente dos negociantes de grosso trato, não tinha cabedais suficientes para enfrentar longas esperas e as oscilações conjunturais. Os anos de 1727 e 1728 foram de agonia para os cuiabanos, “fomes, doenças, falta de mantimentos” e, sobretudo, “falta de ouro que a terra o não devia”, conforme afirma Joseph Barbosa de Sá, corroborando a avaliação de Martinho Romão. Em vista das calamidades, muitos tomaram *caminho do povoado* (o caminho de volta para Itu), enquanto outros rumaram para Goiás, de onde chegavam notícias de grandes descobrimentos de ouro²⁶.

Ponto de partida para a rota das monções e também de viajantes que iam para Goiás, a vila de Itu, por ser o porto de saída daqueles que se dirigiam para as minas, tornou-se um local atrativo para comerciantes que lá instalavam suas lojas de fazenda, aliás, este papel de entreposto a vila desempenhava desde o século XVII.

É o que relata o autodenominado “homem de negócio de grosso contrato”, André Alvares de Castro,

que, em 1731, juntamente com seu sócio, o seu irmão Manoel Alvares de Castro, possuía uma loja de fazenda na vila. Por algum motivo que não sabemos, devido ao estado de conservação da fonte consultada, André ficou preso durante 30 dias. Devido a isto, disse que “em mais de 5 mil cruzados e outro tanto perdera ou deixara de ganhar”. Asseverou ainda que seus negócios só não tiveram maior prejuízo porque seu irmão e seus caixeiros salvaram a “administração dos negócios”. Todavia, suas perdas foram muito grandes, já que deixou de ir “ao Rio de Janeiro comprar fazendas para as carregações e suprimento das lojas”²⁷. A exemplo de Gabriel Antunes Laje, os irmãos Alvares de Castro, também classificados de “principais mercadores que aqui há”, mantinham relações comerciais com Francisco Pinheiro. Em 1727, Manoel não saldara a quantia de 605\$440 porque estava nas minas.²⁸

Como se nota, André ia diretamente ao Rio comprar suas mercadorias e revendia suas *carregações*. Portanto, além de vender na própria vila, é possível que André fosse um atravessador, isto é, comprava no mercado mais barato e vendia no mais caro. Definindo-se como *homem de negócio de grosso trato*, tudo leva a crer que não era apenas um mero intermediário. Sua reclamação de que deixou de ganhar 5 mil cruzados (2 contos de réis) indica que operava com uma quantia nada desprezível, pelo menos para os padrões da vila ituana²⁹. Mais ainda, sua reclamação de que perdera ou deixara de ganhar algo significa que o comércio das monções podia propiciar ganhos materiais aos que a ele se dedicavam, embora não disponhamos de dados que os confirmem categoricamente.

Outro comerciante que atuava na rota era Manoel Vieira Pinto. Nas listas nominativas do ano de 1766, ele é descrito como vivendo de “negócio de ter dinheiros a juros para Cuiabá”. Manoel era português, do Bispado do Porto e solteiro. Antes de instalar-se na freguesia de Ararituaguaba, passou pela cidade do Rio de Janeiro, onde foi irmão professo da Ordem Terceira da Penitência (nº 50).

Em seu testamento informou que possuía “uma morada de casas (...) dois escravos e os mais trastes de casa que se acharem e algumas dívidas que se me devem constarão dos créditos e clarezas que se acharem; e como também se achará o dinheiro que possuir ao tempo do meu falecimento”. Determinava que “cumpridos os seus legados e causas pias no testamento declaradas, de tudo, que sobrasse, instituía sua alma por herdeira, que seu testamenteiro distribuisse sufrágios, desse em esmola a pobres necessitados, obras pias, a algumas viúvas necessitadas e algumas missas (...)”.

Cumprindo as ordens deixadas, seus testamenteiros despenderam em obras pias o valor de 3:151\$000, 3:250\$837 em esmolos a pobres, 160\$040 com funeral e 105\$600 em missas. Infelizmente, localizamos apenas fragmentos de seu inventário, o que não nos permitiu obter maiores informações sobre suas atividades econômicas. De qualquer forma, por ocasião de seu falecimento, Manoel Vieira Pinto possuía em dinheiro amodado a quantia de 6:400\$000, em moedas de ouro, prata e cobre 365\$820 e 660\$300 em “nove barras de ouro com suas guias”. Considerando que vivia de “negócio de ter dinheiros a juros para Cuiabá”, o fato de as barras estarem acompanhadas por “guias” demonstra suas ligações com as Minas de Cuiabá, isto é, possíveis pagamentos efetuados com ouro. Afinal, as “guias” informam o pagamento dos quintos ao Erário Real.

Em 1763, um outro morador da freguesia de Ararituaguaba, Manuel Antônio Amorim, fez seu testamento e nomeou como testamenteiros a Francisco Novaes Magalhães, morador em Itu, Manoel Vieira Pinto, Domingos da Rocha de Abreu e ao capitão André Dias Almeida, moradores em Ararituaguaba, o sargento mor João Ferreira de Oliveira, residente na vila de Santos, e Manoel da Costa Cardoso, residente na cidade do Rio de Janeiro (nº 37)

Diferentemente do usual, Manoel Amorim não escolheu familiares como testamenteiros, ao menos os consangüíneos³⁰. Era solteiro e não tinha filhos, o que certamente influenciou sua escolha, mas poderia ter eleito Feliciano Pires, um parente que morava junto a ele em Ararituaguaba, bem como a seu irmão, Francisco Antônio de Amorim, morador na cidade do Rio de Janeiro. Os testamenteiros que moravam em Itu e Ararituaguaba eram comerciantes, conforme informam as listas nominativas da vila, atinentes aos anos de 1766 e 1767. Em 1766, Francisco Novaes Magalhães vivia de “negócio de fazenda seca”, ao passo que Manoel Vieira Pinto vivia de “negócio de juros de dinheiro para o Cuiabá”. Na lista de 1767, consta que Domingos da Rocha Abreu vivia de “negócio mercantil”, e que André Dias de Almeida vivia de “negócio”. Por sua vez, Manoel da Costa Cardoso, residente no Rio de Janeiro, pode ser um dos comerciantes mais prósperos da praça carioca, por volta de 1768³¹. O sargento mor João Ferreira de Oliveira, morador em uma praça mercantil portuária como a vila de Santos, também poderia ser um mercador. Desse modo, Manoel Amorim escolheu como testamenteiros homens com os quais mantinha relações comerciais. Elegeu-os, dentre outros motivos, para que acertasse suas contas terrenas.

Os testamenteiros tinham que cumprir as últimas vontades do testador (os sacramentos, a mortalha,

o cortejo, o lugar do enterramento, as missas, o acerto dos débitos e créditos, a distribuição dos bens entre herdeiros etc.), o que podia demorar anos³². A opção feita por Manoel Antônio Amorim revela a importância que as relações pessoais, e de confiança, tinham para seus empreendimentos comerciais, já que a escolha dos testamenteiros recaí sobre pessoas com as quais se o testamenteiro tenha laços de afeto, de confiança, dentre outros. Mais do que isso, o fato de escolher testamenteiros de cidades como Rio de Janeiro e Santos demonstra as redes mercantis de que fazia parte.

Natural da freguesia de Santiago de Amorim, termo da vila de Barcelos, Arcebispado de Braga, Manuel Antônio Amorim, por não ter herdeiros forçados, afirmou: “deixo a minha alma por herdeira”, mandando rezar missas por ela em Itu, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, praças comerciais com as quais tinha contato. Deixava ainda a seu parente, Feliciano, 25\$600 réis, por ter-se “ocupado em algumas vendas de [sua] loja” e também por ter-lhe assistido com “desvelo” em suas moléstias. Ao seu irmão, o Padre João Antônio de Amorim, morador na vila de Barcelos, Lisboa, deixava 76\$800, e ao irmão do Rio de Janeiro, Francisco Antônio de Amorim, 51\$200.

Declarava que tinha em Ararituaba uma loja que conduzira do Rio de Janeiro, sendo deste negócio que vivia. Afirmou possuir uma morada de casas, um escravo por nome Lourenço Angola, que comprou para lhe servir, e alguns poucos móveis de casa, “tão somente preciso a um homem solteiro com alguma roupa de meu uso”. Em seu poder tinha “algum penhor de pessoas a quem [havia] vendido alguma fazenda ou emprestado algum dinheiro”. Sua loja vendeu “alguma fazenda fiada como [era] costume [naquelas] terras” e, por isso, às pessoas a quem tinha “vendido a dita fazenda” fez assentos em cadernos com os nomes e quantias dos devedores. Seu parente, Feliciano Pires, às vezes lhe fazia algumas vendas, que também estavam devidamente anotadas em seu borrador.

Amorim informava em seu testamento que era devedor de grandes quantias de dinheiro a homens de negócios da praça do Rio de Janeiro, procedidas de receitas de fazendas que havia comprado. A Cosme Rodrigues de Matos devia a quantia de 1:355\$943, a ser paga em 10 meses e, na falta do pagamento, arcaria com os juros da lei. A Manoel da Costa Cardoso era devedor de 999\$703, atinentes a fazendas, e de 38\$080 de um barril de pólvora que remeteu a Cuiabá. A Miguel de Alvarenga Braga devia o valor de 570\$730.

Manoel Amorim era devedor no Rio de Janeiro, mas era credor em Cuiabá, Mato Grosso, Goiás, Curitiba, Itu e Ararituaba, e suas dívidas ativas eram compostas por mercadorias, crédito e juros. Seu monte mor somou 6:518\$902, e constituía-se “em bens e dívidas”. Os bens, como vimos, eram um escravo, uma morada de casas e poucas roupas e móveis, e o restante, mercadorias e dívidas ativas.

Seu monte líquido tinha o valor de 2:134\$853, pois foram descontados do monte mor 2:521\$667, que dependeu com “produtos dos bens recebidos”, fazendas que comprara no Rio de Janeiro, como mencionou em seu testamento.

Entre os devedores de Amorim foi possível identificar 101 pessoas, excluídos os de Cuiabá e Mato Grosso, pois nestes locais a fonte informa apenas que o montante “dos créditos recebidos do que se deve no Mato Grosso, Cuiabá (...)”, que somavam 1:333\$163, entre créditos e juros. Suas dívidas ativas, em crédito, juros e mercadorias, totalizavam 4:394\$992, das quais seu testamenteiro recebeu 1:873\$325.

Certamente, Manoel Amorim era um comerciante, que combinava a usura e o negócio com fazendas.

Para as minas do Cuiabá, entre outros, havia mandado um crédito a Manoel da Silva Ferreira, que foi “por piloto nesta última monção”, sendo que parte do crédito pertencia ao Reverendo Vigário da freguesia de Ararituaba, André Medeiros, e mais a alguns outros. De Mato Grosso, José Antônio Peixoto de Abreu lhe devia 139\$500, por conta de uma carregação e de um “moleque”. De Goiás, Francisco de Aranha Godoy também lhe devia o valor de um escravo.

Um dos principais segmentos no qual Amorim atuava era o negócio de fazendas, pois, como se viu, comprava-as no Rio de Janeiro. Entre as fazendas³³ havia um “barril de vinho”, “pano de riscado”, “cordão de durante amarelo”, “pano de bretanha fina”, “baetas encarnadas”, “cadarço”, “varas de estopa”, “baeta azul”, “covado cor de rosa para barra de saia” etc. Amorim não fazia as vendas de suas fazendas diretamente em Cuiabá e nos demais lugares em que seus negócios chegavam, mas por intermediários, como Manoel de Mello Almada e José Luís Coelho, residentes em Itu e Ararituaba, respectivamente.

Por ser credor nas minas de Cuiabá e devedor no Rio de Janeiro, em 1767 Manoel Amorim, através de seus testamenteiros, pagou parte da dívida que tinha com Manoel da Costa Cardoso, no Rio de Janeiro, em “barras de ouro”, no valor de 374\$954. Ressaltou que fazia questão de saldar suas dívidas, devido à confiança que haviam a ele dirigido, ou melhor, queria fazer valer o seu crédito. Assinou um recibo no qual afirmou:

Devo ao senhor Manoel da Costa Cardoso com praça no Rio de Janeiro a quantia de 999\$703, procedida de

fazenda que lhe comprei e [que] recebi muito a meu gosto (...) pagarei ao dito ou a quem se me mostrar fatura a dez meses e todo mais tempo que demorar seu pagamento lhe pagarei juros da lei (...) para cuja satisfação obrigo minha pessoa e bens ao que não houveres dúvida alguma em juízo ou fora dele para se passar na verdade passo o presente de minha letra e assino.

Obrigando-se por sua pessoa e bens, Manoel Amorim demonstra que, como nas demais partes do império português, o seu negócio funcionava com base no crédito, inclusive pessoal. Em 1765, o procurador de Manoel da Silva Barata, morador em Mato Grosso, comprou, em Ararituaba, a Manoel Amorim uma peça de linho, “cujo número de varas se viu escrito por fora”. No entanto, Barata, ao tomar “verdadeiro conhecimento da fazenda” observou ter oito varas a menos. Amorim respondeu havia vendido a peça de linho “sem malícia alguma do engano” e, por isso, faria “o abatimento que for justo pois não [podia] fugir do que for razão”.

Também em testamento, Amorim referiu-se a um de seus credores de Ararituaba (que, aliás, era seu testamenteiro) da seguinte maneira: “Declaro que eu tenho contas com Domingos da Rocha Abreu, morador nesta freguesia, as quais contas ajustarão meus testamenteiros como o dito, e lhe pagarão o que ele disser que eu devo por ser homem de conhecida verdade e de quem sempre fiz confiança (...)”.

Domingos da Rocha Abreu era um dos mais abastados moradores da vila de Itu no ano de 1767. Em que pesem omissões de informações das listas nominativas, no ano de 1766 e 1767 elas informam o valor dos “bens móveis e de raiz” que os chefes de fogos possuíam, geralmente em réis. Essa informação constava ao lado da ocupação que o chefe do fogo desempenhava. Infelizmente, nestas anos as listas não mencionam a quantidade de escravos, as produções dos fogos, tipos de propriedade fundiárias (sítio, fazenda etc.), casas etc. Diz-se apenas que Fulano vive de algo, geralmente de suas lavouras, e possui em bens móveis e de raiz uma determinada quantia, tal como foi descrito “Francisca de Arruda que vive de sua lavoura, possui em bens móveis e de raiz cem mil réis”. Para os destituídos de posses, menciona-se que “possui nada”, como, por exemplo, “Antônio Gonçalves Leitão, viúvo, que vive de suas lavouras, possui nada”.

Os valores referidos nas listas nominativas não nos possibilitam afirmar que eles advieram das atividades relacionadas às ocupações dos chefes dos fogos, que poderiam ser uma, dentre outras exercidas ao longo de suas vidas. Ademais, as listas também tendem a mencionar apenas uma atividade de forma genérica, desprezando a diversificação ocupacional dos chefes dos fogos.³⁴

Contudo, na lista de 1767, Domingos da Rocha Abreu, ausente da lista de 1766, a quem Manoel Amorim era devedor, vivia de “negócio mercantil”. Por sua vez, na lista de 1766, consta que Francisco Novaes de Magalhães, também testamenteiro de Amorim, vivia de “de seu negócio de fazenda seca”, possuindo “em bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe devem bem e mal paradas quarenta e cinco mil cruzados”. As “dívidas bem e mal paradas e o viver de seu negócio” significam que Magalhães se dedicava à atividade comercial, o que é confirmado por Nardy Filho³⁵.

Nas listas de Itu de 1766, Francisco de Magalhães era o que tinha mais em “bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe deviam”, pois aqueles bens somavam 45.000 cruzadas, ou seja, 18 contos de réis, quantia avultada para a época. Outros que se dedicavam ao comércio também estavam no topo da hierarquia econômica, como o quadro abaixo demonstra.

Entre os que possuíam bens, 142 (55%) chefes de fogos, apenas 10 detinham o equivalente a mais da metade da riqueza da vila, a qual somava, segundo as listas, 74:003\$800, ou seja, a concentração de riqueza era surpreendente³⁶. Quem eram estes 10 homens que encabeçavam os fogos mais abastados?

O menos afortunado deste grupo era Simão Godoi Moreira, 80 anos, casado com Maria Moreira, e que vivia “de suas lavouras”, possuindo “em bens móveis e de raiz um conto de réis”. Em seguida vinham o tenente auxiliar Francisco Xavier de Azevedo e o alferes João Fernandes Costa, respectivamente com 34 e 50 anos. O primeiro era casado com Ana Novaes, vivia “de seu negócio” e possuía “em bens móveis” quatro mil cruzados (um conto e seiscentos mil réis)³⁷. O segundo era viúvo, vivia “de seu negócio fazenda seca”, tendo “em bens, dívidas bem e mal paradas” também a quantia de um conto e seiscentos mil.

Dividindo o quarto lugar estavam o sargento mor Antônio Pacheco da Silva e Gonçalo Souza Rodrigues, ambos com 2 contos de réis. O sargento mor, 49 anos, era casado com Inácia Góes e vivia de sua fazenda de gado e de fazer açúcar. Por seu lado, Gonçalo Souza Rodrigues, 32 anos, que vivia de suas lavouras, era casado com Inácia Camargo. Em sexto lugar estava Feliciano da Costa, 66 anos, casado com Ana Garcia, que vivia de suas lavouras e possuía em “bens móveis e de raiz três contos”. Logo após estava o capitão mor Salvador Jorge Velho, 55 anos, casado com Genebra Maria de Machado de Vasconcelos, e não foi mencionada sua ocupação, mas possuía 4 contos. O oitavo, que vivia “de seu engenho de açúcar e aguardente” e tinha em bens móveis e de raiz 8 contos, era Antônio Ferraz Arruda, 62 anos, casado com

Quadro 1 - Faixas de Fortuna (em réis) dos Habitantes de Itu (1766)

Valor	Número de fogos	%
<i>Possui nada</i>	116	45,0
Até 100\$000	82	31,8
100\$001 a 200\$000	19	7,4
200\$001 a 300\$000	10	3,9
300\$001 a 400\$000	12	4,7
400\$001 a 500\$000	1	0,4
500\$001 a 600\$000	6	2,3
600\$001 a 700\$000	0	-
700\$001 a 800\$000	2	0,8
800\$001 a 900\$000	0	-
900\$001 a 1:000\$000	1	0,4
1:000\$001 a 2:000\$000	4	1,6
2:000\$001 a 4:000\$000	2	0,8
8:000\$000	1	0,4
12:000\$000	1	0,4
18:000\$000	1	0,4
Total	258	100,0

* 1 Conto equivale a 1.000.000 réis

Fonte: Listas nominativas de Itu – 1766.

Obs: Não estão incluídos no ano de 1766, por omissão do recenseamento, os fogos da freguesia de Araritaguaba.

Os dois mais abastados estavam envolvidos com atividades comerciais. Francisco da Cruz que vivia do “negócio de mercador de fazenda seca”, e possuía, “em bens móveis e dívidas bem e mal paradas que lhe” deviam, trinta mil cruzados (doze contos de réis).

Francisco Cruz era solteiro, natural do Arcebispado de Braga e, em seu testamento, declarou não ter “dívida alguma”, mas que a ele deviam “várias dívidas” por conta de “crédito e acertos de livro”. Afirmou ainda ter possuído duas sociedades, uma com Antônio de Oliveira Andrade, “hoje falecido em Portugal” e outra, “em uns escravos”, com Lucas de Barros Paiva e com o mesmo Antônio de Oliveira Andrade. Das duas sociedades ainda restavam algumas dívidas a receber, mas que Francisco da Cruz julgava serem “perdidas”. Caso as dívidas fossem cobradas, o montante deveria ser repartido em parcelas iguais, conforme a sociedade. Os valores dos sócios de Portugal deveriam ser remetidos a Manoel da Costa Cardoso, residente na cidade do Rio de Janeiro – talvez o mesmo comerciante mencionado no testamento de Manuel Antônio Amorim –, para que Cardoso enviasse aos herdeiros de Antônio de Oliveira Andrade e a Lucas de Barros Paiva (nº 39).

Um dos testamenteiros de Francisco da Cruz foi Francisco Novaes de Magalhães, o mais rico da lista. Francisco Novaes de Magalhães, 48 anos, casado com Maria Francisca Vieira, que vivia de “seu negócio de fazenda seca”, possuindo “em bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe” deviam, bem e mal paradas, quarenta e cinco mil cruzados (18 contos de réis).

Considerando que as listas nominativas, ao informarem as ocupações, aludem uma representação social, o *viver de negócio de fazenda seca*, o *ter em bens móveis e dívidas tantos mil cruzados* são expressões que referem a atividades comerciais. Francisco Novaes de Magalhães e Francisco Cruz eram os mais abastados dentre os mencionados nas listas nominativas, seguindo uma tendência de os comerciantes ligados ao abastecimento interno serem os mais ricos das localidades em que residiam e a de que o comércio ser a atividade que apresentava a maior concentração de riquezas³⁸.

Porém, quais seriam as atividades, para além do comércio, que estes homens desempenhavam? Qual

ou quais o(s) tipo(s) de comércio a que se dedicavam?

Francisco Novaes de Magalhães era natural de Guimarães, e não sabemos se antes de estabelecer-se em Itu esteve em outro lugar na colônia. Segundo Nardy Filho, em 1743, casou-se em Itu com Maria Francisca Vieira, filha do capitão João da Costa Aranha e tinha um

grande armazém (...) onde se abasteciam de tudo o que lhes era necessário em gêneros e fazendas e outros artigos, não só a gente ituana como de outras povoações vizinhas (...) [armazém que abastece] fazendeiros de então, aos quais também Novaes de Magalhães servia de banqueiro, e os quais com ele saldavam suas dívidas no fim da safra de açúcar, gênero com o qual Novaes de Magalhães negociava.³⁹

Vimos que no ano de 1766, Francisco de Magalhães tinha 48 anos e vivia “de seu negócio de fazenda seca”, e que seus bens móveis, de raiz e dívidas somavam 18 contos. Nas listas nominativas de 1773, já é possível perceber a diversificação de seus negócios, na medida em que ele vivia de “negócio loja”, mas possuía um sítio com uma produção de 450 alqueires de milho, 50 de feijão, 50 de farinha de mandioca, 400 cabeças de gado e 50 crias, 4 éguas e 2 crias, além de 2 moradas de casa em Itu e 12 escravos. A lista de 1775 aponta Francisco novamente vivendo de “negócio de fazenda seca”. Neste ano, havia 400 alqueires de milho, 30 de farinha de mandioca, 30 de fumo, além de 400 cabeças de gado e 40 crias. Em 1776, vivendo de “negócio de fazenda seca”, tinha em seu sítio 400 alqueires de milho, 30 de feijão, 30 de mandioca. Possuía ainda 400 cabeças de gado, 60 bezerros, 4 cavalos e 17 escravos.⁴⁰

Constata-se que Francisco Novaes Magalhães aliou seus negócios mercantis com atividades agrárias e, sobretudo, pastoris. Em seu testamento, feito em 1785, mesmo ano em faleceu, disse: “declaro que tenho tido vários negócios dos quais me estão devendo quantias”. Enfatizou também que não devia “coisa alguma”. Dentre seus negócios, havia inclusive os que envolviam cabeças de gado (nº 38).

Infelizmente seu testamento está incompleto e não foi localizado o seu inventário, mas, apesar disso, foi possível saber um pouco acerca da natureza de seus negócios e a dimensão aproximada de sua fortuna. Na ocasião de seu testamento, tinha 5 filhas vivas, a saber: Ana Novaes, casada com o capitão mor Francisco Xavier de Azevedo, Maria Novaes, casada com Inácio Duarte do Rego, Isabel Novaes, casada com o tenente Joaquim Duarte Novaes, e Francisca e Ana Francisca, solteiras, sendo que Francisca estava “contratada para casar com Manoel Pinto Ferraz”, com um dote de 6 mil cruzados (2:400\$000). Asseverou, também: “Declaro que dei a cada um dos meus genros cinco mil cruzados em dinheiro, também dei a meu filho Joaquim Novaes cinco mil cruzados”.

Nas listas nominativas de 1766, o filho Joaquim Novaes, já falecido quando da redação do testamento, tinha 20 anos e era estudante de filosofia, e José, estudante de gramática, 11 anos, estava ausente do testamento. Maria, Isabel e Francisco contavam com 17, 13, 6 anos, respectivamente, e Francisca com 3 meses. Nas listas de 1776, Francisco Novaes de Magalhães estava com 56 anos, e seus filhos, Maria, Isabel, Francisco, Francisca e Ana com, respectivamente, 25, 21, 19, 8 e 7 anos, ou seja, em 1776 os filhos ainda faziam parte do mesmo fogo de seus pais.

No testamento, Francisco de Magalhães afirmou ter dado a seus genros, cônjuges de suas filhas Ana Novaes, Maria Novaes e Isabel Novaes, 5 mil cruzados, em dotes, embora Ana Novaes não deva ser confundida com Ana, pois a primeira já estava ausente do fogo em 1766. Mesmo assim, é possível que suas filhas tenham se casado entre 1766 e 1785, o que significa que o patriarca teria dado em dote 26 mil cruzados (10:400\$000), valor avultado para época. Acresça-se, ainda, 3 mil cruzados (1:200\$000) de sua terça, deixados à Igreja de Nossa Senhora da Candelária, para “douramento e pintura do altar mor” e 2 mil cruzados (800\$000) para sua viúva distribuir aos pobres. Dentre outros, seus legados somam 4:218\$800. Considerando que o período 1763-1809 é deflacionário, conforme afirma José Jobson Arruda⁴¹, isto demonstra a estabilidade de suas atividades.

É possível também constatar o caráter familiar de seus empreendimentos. Em seu testamento relatou que das quatrocentas cabeças de gado que estavam na fazenda na paragem Itaim Guaçu, a metade pertencia à viúva de seu filho, “Joaquim”. É provável que seu genro, o capitão mor Francisco Xavier de Azevedo, que aparece na lista de 1766 como um dos mais abastados de Itu, também operasse junto a seu sogro, pois foi o cobrador de várias dívidas, tal como consta do inventário da viúva de Francisco Novaes de Magalhães, Maria Francisca Vieira (nº 41).

O fato de Francisco de Magalhães dedicar-se a atividades agrárias e pastoris não significou o abandono do comércio. O comércio foi uma atividade constante ao longo de sua vida. haja vista as designações a ele referidas nos maços de população. Em 1766 vivia “de seu negócio de fazenda seca”, possuindo “bens móveis e de raiz e dívidas que se lhe devem”, em 1773 vivia de “negócio loja”, em 1775 vivia do “negócio

de fazenda seca”, em 1776 também vivia de “seu negócio de fazenda seca”. No seu próprio testamento, de 1785, mencionou o “livro quatro” de suas dívidas. No inventário de Maria Francisca Vieira, de 1796, havia uma dívida inscrita “no livro sexto”. Neste inventário, ainda eram muitas as dívidas contidas nos livros de Francisco de Magalhães, cujos devedores somavam 131 pessoas, incluídas dívidas em Sorocaba, Cuiabá etc. Assim, como mencionou Nardy Filho, Magalhães “servia de banqueiro”, isto é, era um comerciante usurário, mas um usurário peculiar, ao menos às vésperas de sua morte: “declaro que tenho tido vários negócios dos quais me estão devendo quantias (...) [e] das dívidas que me devem é minha vontade que se não leve juros a pessoa alguma”.

Onze anos depois de morrer, em 1785, o inventário de seu cônjuge ainda contava com 1:822\$400, em dinheiro amocdado, o que representa 7,5% de seu monte bruto, enquanto as dívidas ativas somaram 10:316\$739, 42,3%. Possuía, em bens de raiz, 4:400\$000, 18% do monte, referentes a uma “morada de casas de sobrado na Rua Direita”, “um morada de casas térreas” na mesma rua, e a um sítio no bairro do Itaim Guaçú com três lanços de casa, paredes de mão, senzalas e arvoredos com terra lavradas e campos de criar. Os meios-dotes, que os herdeiros incluíram no inventário, somaram 5:348\$505, o que corresponde a 21,9% da fortuna. Em resumo, onze anos depois da morte de Francisco de Magalhães, o maior valor do monte de seu cônjuge era formado por dívidas ativas (42,3%), que agregadas aos 7,5% em dinheiro, perfazem quase a metade da fortuna, índice que revela a capacidade de crédito herdada pela viúva.

Infelizmente, porém, as dívidas ativas mencionadas no inventário do cônjuge Francisco de Magalhães quase sempre informam apenas o nome do devedor e a quantia devida. Cruzando nomes dos maços de população com a lista dos devedores, observa-se que entre estes últimos havia Francisco Gonçalves Brito, Serafim Moraes e Vicente Ferreira, que viviam de pilotar canoas, além de Joaquim Costa e José Costa, “filhos do piloto”. Assim, em 1796, ano do inventário, distante do período áureo do comércio das monções, existiam dívidas de pessoas que se lançavam nos rios do Tietê. Os negócios de Magalhães chegaram até Cuiabá, já que no inventário de seu cônjuge menciona-se uma dívida referente a “aluguel de dois escravos que foram para as minas de Cuiabá” com Joaquim Rodrigues Leite, no valor de 50 oitavas de ouro, além de serem enviados 96\$000 em *ábitos* “para as minas de Cuiabá”, e 24\$000, também em *ábitos*, para Minas Gerais. Em “barras de ouro *com guia*”, havia 225\$258, o que indica ter pago os quintos. Por fim, a Câmara de Cuiabá devia, “por uma sentença”, a quantia 396\$406. Desse modo, suas ligações com Cuiabá contribuíram para a formação de sua fortuna, ainda que pouco.

Diferentemente de Novaes de Magalhães, podemos ter mais certezas dos negócios com Cuiabá através de Domingos da Rocha Abreu, também testamenteiro de Amorim. Na primeira metade do século XVIII, em ano impreciso, ele se transferiu da povoação de S. Martinho de Outeiro, Arcebispado de Braga, para São Paulo, onde se casou com D. Francisca Cardoso de Siqueira, “moça de distinta família”. Posteriormente, estabeleceu-se na freguesia de Ararituaba, aonde veio a falecer no ano de 1784. Além de ter tido muito respeito junto à comunidade em que vivia, “homem de conhecida verdade”, no dizer de Manuel Antônio Amorim, Domingos da Rocha de Abreu levou uma vida abastada na freguesia. Nas listas nominativas de 1767, informa-se que ele vivia de “negócio mercantil” e possuía 6000 cruzados (2:4000\$000) em bens, estando entre os 5 mais abastados da freguesia de Ararituaba.

De seu consórcio com Dona Francisca nasceram dez filhos. O mais velho, Manoel Cardoso de Abreu, em 1765, então com quinze anos, iniciou suas viagens ao Cuiabá para auxiliar o pai nos negócios, o que fez até o ano de 1773, tal como relata em sua crônica, redigida dez anos depois, em 1783. Ainda em 1776, Manoel fora destacado para a Colônia do Iguatemi⁴². Dentre os outros filhos de Manoel da Rocha Abreu, havia Alexandre, que também adentrou a rota das monções, pois em 1767 estava junto com seu irmão Manoel em viagem ao Cuiabá, Ana Joaquina, que casou-se com José Antônio Peixoto e morou em Cuiabá, Maria Madalena da Rocha, Luiza da Rocha, e, finalmente Ana Francisca da Rocha.⁴³

Talvez os cabedais de Domingos da Rocha Abreu o tivessem possibilitado casar bem suas filhas. Luiza da Rocha casou-se como alferes Guilherme da Silva Claro, que por algum tempo atuou na Colônia do Iguatemi. Maria Madalena uniu-se em matrimônio a Francisco Simões dos Reis, que em 1798 estava *formando seu engenho*, e produziu 200 arrobas de açúcar, além de possuir 17 escravos. Ana Francisca, em 1782, consorciou-se com o *senhor de engenho* Francisco Correia de Moraes Leite, que foi *capitão mor* da vila de Porto Feliz durante vinte e três anos, entre 1797 e 1820. No ano de 1798, Francisco Correia de Moraes Leite exportou 1000 arrobas de açúcar através do Porto de Santos, em 1818 com os seus 46 escravos produziu 3000 arrobas de açúcar, 600 alqueires de milho, 150 de feijão e 40 de arroz. Essa produção o colocava como o segundo maior produtor de açúcar da Vila, ao lado de Joaquim Duarte do Rego, genro de Francisco Novaes Magalhães. Em 1824, Francisco Correia de Moraes Leite de posse de seus 65 escravos

produziu 1600 arrobas de açúcar, 1000 alqueires de milho, 150 de feijão e 40 de arroz. Um dos filhos de Ana e Francisco foi o brigadeiro Joaquim José de Moraes Abreu, que ocupou os cargos de membro do Conselho da Província, vereador da Câmara Municipal de São Paulo, deputado provincial e vice-presidente da Província de São Paulo.

Nas listas nominativas de 1767, Domingos Rocha Abreu foi descrito como vivendo *de negócio mercantil*, em 1769 vendeu pregos, fios de sapateiro, barbantes e agulhas para a costura de barracas para canoas que iam para a Colônia do Iguatemi. Mas nas listas de 1776, já viúvo, era *tesoureiro* e agricultor. Neste ano havia colhido em seu sítio 700 alqueires de milho e 60 de feijão. Faziam parte do seu patrimônio 4 cabeças de gado, 12 bezerros, 16 porcos, 8 leitões, 2 cavalos, 25 escravos e uma morada de casas. É muito difícil precisar se no decorrer de sua vida Domingos Rocha Abreu abandonou a atividade comercial para dedicar-se somente às fainas da terra, mas suas ligações com a rota Ararituaba-Cuiabá e o caráter familiar de seus empreendimentos mercantis são evidentes. Tinha filhos nas expedições monçociras e uma de suas filhas morava em Cuiabá, o que lhe possibilitaria conseguir acumular capital, traduzidos em seus vinte e cinco escravos e nas alianças matrimoniais de suas filhas.

Este também foi o caso de Luís Araújo Coura, que vivia de “negócio para o Cuiabá”, e nas listas nominativas de 1767 possuía um cabedal muito inferior ao de Domingos da Rocha Abreu, apenas 600\$000. Neste ano, um de seus filhos, Luís, estava ausente no Cuiabá, onde o pai tinha negócios. Passados sete anos, em 1774, as listas nominativas designam Coura como um agricultor, possuindo “um sítio coberto de capim com mil braças de terras de testada com meia légua de sertão”, no qual com seus 41 escravos, colheu 500 alqueires de milho e 100 de feijão. Tinha 3 cavalos, 9 cabeças de gado, 2 bezerros, e uma morada de casas. Em 1776, no sítio em que morava, colheu-se 1000 alqueires de milho, 150 de feijão, 40 de arroz, 60 de amendoim, e havia 6 cabeças de gado, 12 porcos, 2 cavalos e 33 escravos e, por fim, uma morada de casas. Neste ano, seu filho Luís também estava ausente no Cuiabá.

Obviamente, o volume de mantimentos colhidos em sua propriedade e a quantidade de escravos de que dispunha, ainda que esta tenha diminuído, demonstra uma produção voltada ao mercado. Luiz Araújo Coura vivia de *negócio para o Cuiabá*, e as monções que para lá se dirigiam quase sempre partiam em grandes comboios por receio dos ataques indígenas.⁴⁴ É muito provável que Luiz Araújo Coura negociasse duas vezes: vendendo em Cuiabá e abastecendo as mesmas expedições que para lá se dirigiam.

Em 1790, o inventário de Luiz Araújo Coura apresentou um monte bruto de 5:552\$365, que para a época era um valor significativo (nº 42). Entre seus bens estavam uma casa na vila de Itu, na Rua Palma, um sítio no Bairro Boiru e uma morada de casas de três lanços na Freguesia de Ararituaba e, ainda, um sítio, bens que juntos somavam 882\$400, o que representava 15,9% do monte mor. Seus 33 escravos perfaziam 2:412\$800, 43% de seus bens, e o dinheiro amoedado atingia 1:245\$958, 22,4%. Por fim, suas dívidas ativas somavam 619\$217, equivalendo a 11,2% de seus bens.

Não pudemos detectar o tipo de negócio que Coura efetuava, pois infelizmente seu inventário não arrola mercadorias, nem faz menção à existência de “contas de livros”. Com efeito, o montante de dinheiro amoedado e de dívidas ativas em seu inventário poderia significar que ele seria um comerciante usurário, isto é, emprestasse dinheiro a juros, mas não apenas isto, já que apenas 3 pessoas lhe deviam, todas moradoras nas minas do Cuiabá. Pode ser que mantivesse negócios no Cuiabá, tal como mencionado na lista nominativa de 1767. Ou, ainda, o que é mais provável, que combinasse o empréstimo a juros, mantivesse negócios no Cuiabá e, como vimos, produzisse gêneros para o mercado, o que, neste último caso, sugere sua quantidade de escravos. Em suma, Coura diversificava seus investimentos, mas todos ligados à rota das monções, o que, evidentemente, contribuiu para seu enriquecimento, na medida em que teria 600\$000 réis em bens em 1767 e ao falecer sua fortuna era quase 10 vezes maior, ainda que tais valores estejam envidados⁴⁵.

Um ano após sua morte, sua esposa Luisa Pedrosa faleceu. O inventário de Pedrosa, mesmo após a partilha do ano anterior, apresentou um monte mor de 2:662\$778, ou seja, ficou com quase o mesmo valor da meação do ano anterior, sem ficar com bens de filho algum, já que sua filha mais nova contava com 25 anos (nº 43). Quando da partilha dos bens de Coura, cada um dos 9 herdeiros do casal recebeu 349\$389, o que atinge 3:144\$506. Assim, as dívidas que Coura pudesse ter não comprometeram sua fortuna. Aliás, no inventário de Pedrosa, as dívidas e despesas somaram somente 47\$100. O monte líquido foi de 2:589\$333.

Certamente, uma forma de Coura e Pedrosa manterem seus bens foi encontrada no comércio das monções. Uma das dívidas mencionadas no testamento da viúva foi a do Capitão Luís de Araújo Filgueira, filho de Luisa Pedrosa, no valor de 715\$940. Trata-se do mesmo filho que estava ausente nas minas do Cuiabá nos anos de 1767 e 1776, pois nas listas nominativas destes anos, e nos inventários de Coura e de

Pedrosa, não há outro filho denominado Luís. Em 1791, quando da realização do inventário, Luís novamente se encontrava no Cuiabá. Pouco antes de morrer, Luisa fez seu testamento, no qual afirmou: “Declaro que não tenho recebido da carregação que levou meu filho Luiz de Araújo para as minas de Cuiabá no ano de 85 mais do que constar dos recibos assinados por mim.”

Isso demonstra que a família, entre 1766 e 1791, realizava negócios com Cuiabá. Os quase vinte e cinco anos em que a família Coura ficou envolvida em atividades comerciais lhes assegurou uma situação econômica pelo menos estável⁴⁶. Portanto, semelhantemente ao caso de Domingos da Rocha Abreu, é possível destacar o caráter familiar dos negócios com Cuiabá e a possibilidade de enriquecimento através deles. Enriquecimento que permitiu que alguns de seus filhos fizessem casamentos vantajosos, embora se perceba, na família Coura, um gradual empobrecimento de alguns de seus membros ao longo das gerações.

Sobre o capitão Luís Araújo Filgueira não encontramos mais informações nas listas nominativas. Dos demais filhos do casal, há informações para quatro deles. Escolástica de Araújo casou-se com o Alferes João Francisco Dias e ambos, nas listas de Itu de 1800, viviam dos jornais de seus seis escravos: Serafina de Araújo Filgueira consorciou-se com José de Almeida Lara, viviam de suas lavouras, possuíam 12 escravos e, no ano de 1803, tinham vendido seis capados. Isabel de Araújo casou-se com Bernardo José Vieira Bessa, natural de Braga, que era um *senhor de engenho*, e proprietário de 21 escravos, cujo inventário de 1804 apresentou um monte líquido de 1:302\$281 (nº 44). Luisa de Araújo uniu-se em matrimônio com Jerônimo Pereira Lago, natural de Guimarães, que, segundo as listas de Porto Feliz de 1813, também era *senhor de engenho* e seu fogo contava com 26 escravos. Neste ano, seu filho José Pereira estava ausente em Cuiabá, e o fogo produziu 300 arrobas de açúcar e 30 canadas de aguardente. Em 1818, Jerônimo aparece nas listas nominativas como vivendo do “serviço de *fazer casas de engenho*”, que lhe rendiam 50\$000 anuais. Era também possuidor de 13 escravos. Em 1824, Jerônimo tornou-se um produtor de mantimentos que, com o trabalho de seus 13 escravos, colheu 200 alqueires de milho, 50 de feijão, 20 de arroz.

Certamente, Jerônimo não era pobre, pois, numa sociedade escravista, uma pessoa que possuía 13 escravos de modo algum pode ser considerada pobre. Tampouco queremos afirmar que produzir mantimentos fosse atividades ligadas apenas aos mais desfavorecidos. O que queremos enfatizar é o empobrecimento de alguns membros da família, se comparados ao patriarca Luiz de Araújo Coura, que quase meio século atrás tivera 33 escravos produzindo 1000 alqueires de milho e 150 de feijão. Portanto, alguns de seus descendentes não conseguiram atingir o patamar de riqueza alcançado por Coura. Em 1804, o inventário de seu genro, Bernardo José Vieira Bessa, tinha o monte líquido de 1:302\$281, apesar de possuir 21 escravos.

Luís Araújo Coura não realizou seus empreendimentos monçoeiros isoladamente, tendo em vista que operava junto a outras pessoas, tais como André Dias de Almeida, testamenteiro de Antônio de Amorim e pai de Antônio José Almeida. Ambos, em 1769, juntamente com os negociantes Antônio de Anhaya Lobo, Alexandre Godoy Moreira, João Ferreira de Oliveira e Agostinho Barbosa de Mello, sofreram alguns contratemplos na altura da barra do Rio Pardo, como a fuga de escravos, moléstias de trabalhadores, emborcação de duas canoas. Tais fatores acarretaram a perda de cargas de negócio e principalmente de mantimentos, “que lhes eram precisos para completar a viagem”. Receberam também ataques de índios Caiapó⁴⁷.

André Dias de Almeida nasceu em Itu, em 1723, três anos após o início do comércio das monções, ao qual sua vida esteve profundamente ligada, bem como a de seus descendentes. Batizado em Ararituaguaba, onde se casou, em 1759, com Francisca Leite de Miranda, filha do português e capitão Antônio Luís Coclho, que residiu em Itu e Ararituaguaba e se dedicou à “profissão de comerciante, ou mercador, como ao tempo diziam”. Tal como seu sogro, André Dias de Almeida “se ocupou no comércio com Cuiabá, em que granjeou fortuna, avultada para aquele tempo de Rs. 2:500\$000”. Aos 14 de setembro de 1766, foi nomeado capitão mor de Ararituaguaba⁴⁸. Em 1767, André Dias de Almeida, 43 anos, casado com Francisca Leite Miranda, vivia de negócio e possuía 6000 cruzados (2:400\$000), quantia que lhe situava entre os homens mais abastados das listas nominativas de Ararituaguaba, aliás, quantia próxima da mencionada por Theodorico de Camargo. André Dias de Almeida comandou uma expedição ao Iguatemi em 1768⁴⁹.

Em 1773, conforme o censo, ele possuía um “sítio com 200 braças de terras”, colhendo, com seus 13 escravos, 400 alqueires de milho, além de feijão, amendoim e arroz. Em 1775, as listas informam que André possuía um sítio com 500 braças de testada e meia légua de sertão, 50 cabeças de gado, 3 cavalos, 15 porcos, 250 alqueires de milho, 40 de feijão e 16 escravos. Em 1776, mantinha um sítio, que produziu 800 alqueires de milho, 100 de feijão, 30 de arroz, 40 de amendoim, 40 cabeças de gado, 15 bezzerros, 30 porcos, 20 leitões e 18 escravos. Neste ano, o seu agregado de nome Francisco estava ausente no Cuiabá.

Aparentemente, André teria redirecionado seus investimentos, saindo da atividade comercial e adentrado na agropecuária. Não nos foi possível saber sobre o desfecho da vida econômica de André, mas parece que ao longo dos anos ele foi se dedicando aos negócios agrários, pois seu número de escravos aumentava a cada ano, bem como sua produção. Devia estar cansado das lides nos rios. Em 1778, encarregado pelo governador da capitania paulista, liquidou dois quilombos às margens do rio Tietê⁵⁰. André faleceu em 1780. Seu filho, Antônio José de Almeida também operou em negócios do Cuiabá.

Antônio José de Almeida foi batizado em Ararituaba em 1772, e em 1793 se casou com sua prima, Teodora Leite Martins, filha “do abastado comerciante português Francisco Antônio Martins”, morador em Cuiabá⁵¹. De acordo como censo, em 1798, já sargento mor, Antônio José de Almeida foi para o Cuiabá “com licença de ano e meio”, levando consigo sua família e escravos, e mais “sua carregação de fazenda seca e molhados”. Antes mesmo de mudar-se para Cuiabá, Antônio já estava envolvido com atividades comerciais, visto que em 13 de julho de 1797 vendeu 151\$120 em fazendas a João de Oliveira Freire de Andrade.⁵² No entanto, em 1803, Antônio estava novamente na vila de Porto Feliz, e continua a viver de “negócios para as minas de Cuiabá”. Em abril deste ano, às margens da cachoeira de Pirapora, em pleno rio Tietê, escreveu uma carta à sua esposa, na qual informava que chegou “com toda a sua conduta a salvamento”, e mais:

Minha amada Esposa. Não me pode acabar tanta mágoa, porque não me sai do pensamento a nossa triste despedida e não posso sem lágrimas lembrar-me de sua amada pessoa, de nossos amantes filhinhos. Muito pode a lembrança que tenho de querer manter com honra a sua pessoa e a nossos filhos, senão talvez que eu me resolvesse de perder tudo, e não deixá-la, nem por um só instante, pois quando me lembra de nossa amada mãe fico até sem sentidos, aparece-me que ainda não tive dor que me igualasse desta despedida que só a morte pode ser igual. Enfim minha Teodora consolai-vos que eu vos prometo que ei de fazer excessos com ainda não se viu só a fim de vos tornar a ver breve, nossa mãe e nossos filhos. Só Deus tem poder nas minhas pretensões e, portanto, estais certa que qualquer coisa me não há de embarçar, e nem privar de vos abraçar bem breve. Adeus minha cara esposa, dá lembranças a nossa amada mãe e a nossos filhinhos, e a todas as nossas irmãs e parentes (...) cheguei chorando, estou chorando, e parto chorando (...). Do vosso amante esposo. Antônio José.⁵³

Assim, era o comércio das monções que permitia a Antônio e sua família manterem-se com “honra”. Encerrar tal atividade poderia deixá-lo a “perder tudo”. E tinha a perder, pois possuía “uma grande chácara em Porto Feliz, à rua do Porto, com casa assobradada, dependência para os escravos, e grandes depósitos para as provisões destinadas às monções”. Certamente, tratava-se da morada de casas “de paredes de taipa com seu mirante de sobrado e as casinhas de pátio anexas” presente em seu inventário, avaliada em 1:000\$000. Possuía, ainda, uma outra morada de casas, térreas, localizada na rua que vai em direção à vila de Sorocaba, com “dois lanços, cobertas de telhas, paredes de mão com o seu competente quintal”, avaliada em 51\$200 (nº 51).

Além disso, Antônio José de Almeida era proprietário de “uma sorte de terras” que fazia divisa com terras de Amador Homem e de uma “fazenda de cana na ‘outra parte’ do rio Tietê”, doada por um tio, o capitão José Luís Coelho.⁵⁴ Talvez se trate do “sítio e terras” localizados no Bairro do Quilombo, avaliados em 206\$400. Ainda que seu inventário não mencione a presença de engenho e de gêneros cultivados em suas propriedades, alguns itens nele presentes indicam a produção de açúcar, algodão e mantimentos: 36 escravos, balança de pesar e caixão de guardar açúcar, dois carros de boi, tachos de cobre, prensa e roda da fazer farinha de mandioca, um forno, “meio alqueire e quarta de medir mantimento” e *escaroçadores* de algodão.

Para não “perder tudo”, entre 1800 e 1816, organizava frotas comerciais para Cuiabá. De Cuiabá dirigia-se a Goiás, passando à vila de Paracatu, em Minas Gerais, e descia pelo rio de mesmo nome até o rio São Francisco, em direção à Bahia. Após atravessar o sertão baiano, ia para Salvador, e costeava o litoral até o Rio de Janeiro e Santos. De Santos, voltava para Itu. Neste *périplo colonial* gastava dois anos. Provavelmente, a amplitude de seus negócios era possível porque contava com parentes e amigos em Cuiabá⁵⁵.

Logo após o falecimento de Antônio José de Almeida, Laureano José Bicudo, morador na vila de Cuiabá, por seu procurador na vila de Porto Feliz, o capitão Gabriel Antônio de Carvalho, cobrou dívidas à viúva de Almeida. Aliás, Gabriel Carvalho também operava em Cuiabá. Em 1803, as listas nominativas informam que ele vivia de “seus negócios nas minas de Cuiabá”. Nas listas de 1813 e 1818 foi descrito apenas como “negociante”. Natural da vila de Guimarães, Arcebispo de Braga, tal como alguns comerciantes descritos, Gabriel mantinha ligações com negociantes do Rio de Janeiro. Em seu testamento, feito em

1821, dizia que vivia de negócios e que devia no Rio de Janeiro “créditos e contas”. Informava ainda que tinha contas com Domingos Martins, morador em Mato Grosso, e muitas dívidas a receber por conta de créditos (nº 48). No inventário de sua esposa Maria Leite da Silva, de 1814, consta um total de 4:378\$100 em créditos, o que representava 73% do monte mor. Um dos devedores era Manoel José Correia Vianna, da vila de Goiás, “em conta de ouro”, no valor de 213\$100 (nº 47).

Representando Laureano Bicudo, Gabriel Carvalho reclamou que Antônio Almeida era devedor da quantia de 427 oitavas de ouro referentes a cobranças que fizera a favor de Bicudo. Diante desta solicitação, o Juiz de Órfãos mandou inquirir a viúva a respeito de tais negociações. Em 21 de maio de 1818, Teodora informou que do montante mencionado, deveria ser subtraído 4\$800 referente a meia arroba de ferro que seu marido “assistiu em Camapoãm” a um certo Pedro Gomes, provavelmente ligado a laureano José Bicudo. Afirmava que ficava “líquido para se lançar a quantia de 404\$400 que não duvida para se lançar para haver respeito nas partilhas”. O pagamento desta dívida foi feito a Gabriel Antunes de Carvalho em duas parcelas, a primeira em 18 de agosto de 1818 e a segunda em 27 de janeiro de 1819.

Em suma, o comércio das monções envolveu uma intrincada rede de pessoas e créditos.

O sargento mor Antônio José de Almeida não era apenas devedor. No total, deviam-lhe 1:348\$293 réis. Conforme o censo de 1808, quando Antônio José de Almeida era “contratador dos dízimos” da vila de Porto Feliz, tinha 27 escravos. Em 1813 ainda vivia “com negócios para o caminho do Cuiabá”, e possuía 29 escravos. Em 1816, faleceu em uma viagem para Cuiabá ou para a Bahia.⁵⁶

Lista de Testamentos e Inventários

Nº.	Nome	Ano	Documento	Referência
34	João de Melo Rego	1779	Testamento	Não publicado, Caixa 77, Ordem nº 554, (AESP)
35	Antonio Francisco Pacheco e Souza	1802	Inventário	ACCI 1º Ofício, Maço 16 (MRCI)
36	João Alvares Neto	1752	Testamento	Não publicado, Caixa 50, Ordem nº 527, (AESP)
37	Manoel Antonio Amorim	1763	Testamento e fragmentos de Inventário	Não publicado, Caixa 68, Ordem nº 545, (AESP).
38	Francisco Novaes Magalhães	1785	Testamento	Não publicado, Caixa 80, Ordem nº 557, (AESP).
39	Francisco da Cruz	1779	Testamento	Não publicado, caixa 77, Ordem no 554, (AESP)
40	Salvador Jorge Velho	1793	Testamento	Não catalogado, (MRCI)
41	Maria Francisca Vieira	1796	Inventário	Não catalogado, (MRCI)
42	Luiz Araújo Coura	1790	Inventário	Não catalogado, (MRCI)
43	Luisa Pedrosa	1791	Testamento e Inventário	Não catalogado, (MRCI)
44	Bernardo José Vicira Bessa	1804	Inventário	Pasta 224, Documento 14, (MRCI)
47	Maria Leite da Silva	1814	Inventário	Pasta (VER)
48	Gabriel Antônio Carvalho	1821	Testamento e Inventário	Pasta 236, Documento 02, (MRCI)
50	Manoel Vieira Pinto	1797	Testamento e fragmentos de Inventário	Não publicado, Caixa 92, Ordem nº 569, (AESP)
51	Antonio José Almeida	1817	Inventário	Pasta 232. Doc. 1 (MRCI)

* Encontra-se arquivado junto ao testamento de Antonio Soares da Almeida. Não consta do catálogo da instituição.

Em finais do período do comércio monçoeiro, os negócios da família, pelo menos aparentemente, voltaram-se cada vez mais para as atividades agrárias. O inventário de Antônio apresentou um monte bruto de 7:686\$873 réis, 51,5% em escravos, 16,4% em imóveis e 17,5% em créditos. Portanto, Antônio Almeida, além do comércio, dedicava-se à agricultura e à usura. Ao que tudo indica, a “fazenda de cana”, doada pelo

seu tio Antônio José, ficou sob administração da viúva. Nas listas nominativas de Porto Feliz, em 1818, a viúva Teodora Leite Martins Leite, 39 anos, *natural de Cuiabá*, vivia “de suas agências” e plantava, com seus 31 escravos, “mantimentos para o seu gasto”. Em 1824, era “senhora de engenho”, com 28 escravos e, em 1829, com 48 anos, novamente listada como “senhora de engenho”, tinha 36 escravos, e produziu 1700 arrobas de açúcar, além de 500 alqueires de milho, 60 de feijão e 40 de arroz.

A casa da Rua do Porto, que era uma “residência luxuosa, confortável, com cômodos forrados e assoalhados, e salas com paredes e tetos dourados”, veio a tornar-se a Santa Casa de Misericórdia da vila de Porto Feliz e, em 1846, quando Dom Pedro II visitou a antiga Ararituaba e Itu, uma “colcha de seda da Índia” foi solicitada à viúva Teodora Martins Leite, para que o herdeiro de Dom João VI tivesse uma coberta digna.

Certamente, o comércio das monções contribuiu para o enriquecimento de muitos moradores de Itu e Ararituaba, ou, como afirmou Antônio José de Almeida na carta à “amada esposa”, para que se mantivesse uma vida com “honra”.

Notas

¹ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação* (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993; FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa ventura* : acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio* : a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999; FRAGOSO, João Luis et all. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³ Refiro-me aqui aos estudos de LENHARO e FRAGOSO (1992).

⁴ FRAGOSO et allí, p. 78 e 79.

⁵ FRAGOSO (1992), *op.cit.*, p. 174 a 199.

⁶ FRAGOSO, João L.; FLORENTINO, Manoel. *Arcaísmo como projeto* : mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1993, p. 89.

⁷ FRAGOSO et. all. *op. cit.*, pp. 78 e 79.

⁸ FRAGOSO et. all., pp. 78 e 79; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento* : Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 p. 178-186.

⁹ LISANTI FILHO, Luis. *Negócios Coloniais* : uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, São Paulo: Visão Editorial, 1973. Volume 1, p. CXXXV

¹⁰ VENÂNCIO Renato Pinto; FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, Tratantes e Mascates. In PRIORI, Mary del (org.). *Revisão do Paraíso*: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 98.

¹¹ FURTADO, *op.cit.*, p. 22.

¹² LISANTI FILHO, *op. cit.*, v. 3, p. 54

¹³ LISANTI FILHO, *op. cit.*, v. 4, p. 71 - 74

¹⁴ LISANTI FILHO, *op. cit.*, v. 4, pp. 428, 429 e 438.

¹⁵ LISANTI FILHO, *op. cit.*, v. 4, pp. 121-123

¹⁶ BARBOSA DE SÁ, Joseph. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Volume XXIII. 1901, p. 9.

¹⁷ *Idem*, p. 14.

¹⁸ *Idem*, p. 15. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, a crônica do comércio entre Ararituaba e Cuiabá é, em grande parte, uma “crônica de desastres e naufrágios. HOLANDA, *op.cit.*, p. 114.

¹⁹ HOLANDA, *op.cit.*, p. 57.

²⁰ BARBOSA DE SÁ, *op.cit.*, p. 15 e 26.

²¹ *Idem*, p. 36

²² *Idem*, p. 15.

²³ HOLANDA, *op.cit.*, pp. 76 e 77.

²⁴ *Carregação* é um termo recorrente na documentação consultada que se refere ao envio de cargas no comércio das monções.

²⁵ Processo Civil. AESP, Caixa 28, Ano 1732., Ordem 3461

²⁶ BARBOSA DE SÁ, *op.cit.*, p. 20 e 21. Cf. Lenharo, *op.cit.*, p. 19 e PINTO, Virgílio Noya, p. 97

²⁷ Processo Civil. AESP, Caixa 33. Ano : 1731. Ordem : 3466. Ressalte-se que a praça do Rio de Janeiro, após o terceiro decênio do século XVIII, transformou-se “principal centro comercial da América portuguesa. Ou o que é o mesmo, no mais importante porto para as importações de outras partes do Ultramar, para as compras e reexportações de produtos europeus”. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Algumas notas sobre a noção de colônia tardia no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. LOCUS, v. 6, n. 1, 2000, p. 23.

²⁸ LISANTI FILHO, *op. cit.*, v. 4, p.32.

²⁹ Ao analisar um comerciante usurário em Campos do Goitacases dos idos de 1789, Sheila Faria constatou que sua fortuna somou 7:226\$548, valor “bastante grande para a época”. Cf. FARIA, *op.cit.*, p. 184.

³⁰ Segundo Sheila Faria, a escolha do testamenteiro geralmente recaía sobre familiares, principalmente sobre o cônjuge, ou filhos, no caso de viúvos. Quando se optava por terceiros, a preferência era pelos compadres. No caso de Manoel não me foi possível saber se os testamenteiros eram seus compadres. Manoel difere também porque nomeou 6 testamenteiros, ao invés de 3, o que era mais usual. FARIA, *op.cit.*, 273-277

³¹ LOBO, Eulália Maria L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. Separata da REVISTA DE HISTÓRIA, n. 101. São Paulo, 1975, p. 79. Agradeço ao professor Carlos Gabriel Guimarães a indicação deste texto.

³² FARIA, *op.cit.*, p. 265 a 277.

³³ *Fazenda* significa, dentre outras coisas, bens em geral, e não apenas tecidos, cf. MORAES e SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina. 1813, 2ª edição.

³⁴ Sobre as listas nominativas, cf. MARCÍLIO, *op.cit.*, especialmente Introdução: Arquivos e fontes, pp 28-38

³⁵ NARDY FILHO, *op. cit.*, v. 5, p. 223.

³⁶ Concentração de renda que, aliás, é um dado estrutural na economia brasileira, cf. FRAGOSO; FLORENTINO.

³⁷ A conversão de cruzados em réis foi feita tendo como base a obra de Roberto Simonsen, na qual se observa que 1000 cruzados equivalem a 400.000 réis e 1 conto de réis equivale a 1.000.000 réis. Cf. SIMONSEN, *op.cit.* Tomo II, p. 347.

³⁸ CANABRAVA, *op.cit.*, p. 111, 117 e 123; FRAGOSO (1992), especialmente capítulo IV.

³⁹ NARDY FILHO, *op. cit.*, v. 5, p. 223.

⁴⁰ Em todos os censos mencionados, Francisco Novaes de Magalhães tinha como cônjuge Maria Francisca Vieira, o que nos possibilitou evitar homônimos. Evidente que tais informações foram cruzadas com os nomes dos filhos, escravos etc. Este procedimento foi adotado em todos os casos de pessoas analisadas neste trabalho através das listas. Sem esquecer, ainda, do cruzamento com outras fontes, tais como inventários, testamentos etc.

⁴¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 347.

⁴² ABREU, Manoel Cardoso de. RIUGSP. Volume VI. 1902, p. 290.

⁴³ As fontes utilizadas para aferir a trajetória dos membros da família foram as listas nominativas dos anos 1766, 1767, 1776, 1798, além de ABREU, *op.cit.*, e a obra Nota sobre Manoel Cactano de Abreu. RIUGSP. Nota da Revista, 1902, Volume VI (1900-1901), pp. 291-293. Em itálico estão as expressões tal como mencionadas nas fontes.

⁴⁴ Cf. capítulo 3.

⁴⁵ Sem esquecer, é óbvio, que o período 1763-1809 é deflacionário. Cf. ARRUDA, *op.cit.*, p. 347.

⁴⁶ Trinta anos, pelo menos, já que o primeiro dado que temos acerca do envolvimento dos Coura em atividades comerciais data de 1766.

⁴⁷ André Dias de Almeida, Antônio de Anhaya Lobo eram moradores de Ararituaba, Alexandre de Godoy Moreira, de Itu, João Ferreira Leite era negociante da Praça de Santos. Não conseguimos informações para Agostinho Barbosa de Melo. Lista Nominativa de Itu para 1767. DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE S. PAULO, v. XXXIV, pp. 35 a 45.

⁴⁸ Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55, Pasta 2. Documento 13, Ordem 291

⁴⁹ CAMARGO, *op.cit.*, pp. 8-9.

⁵⁰ *Idem*, p. 9 e DOCUMENTOS INTERESSANTES, v. XLIII, p. 201.

⁵¹ CAMARGO, *op. cit.*, p. 12.

⁵² Autos Cíveis de Ação de Crédito e Assinação de dez dias. MRCL. Pasta 06. Doc. 06

⁵³ *Idem*, p. 38

⁵⁴ *Idem*, p. 11, 16.

⁵⁵ *Idem*, p. 3 e 36.

⁵⁶ *Idem*, p. 39.